



Revista Internacional de Folkcomunicação

ISSN: 1807-4960

revistafolkcom@uepg.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Brasil

Terán, Karla Andrea; Wendpap, Aline
Resistência civil, ativismo (folk) midiático e ciberativismo: o caso da sociedade boliviana
Revista Internacional de Folkcomunicação, vol. 19, núm. 42, 2021, -Junio, pp. 266-281
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.5212/RIF.v.19.i42.0013>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=631767645014>

- ▶ [Cómo citar el artículo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Más información del artículo](#)
- ▶ [Página de la revista en redalyc.org](#)

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso
abierto

Resistência civil, ativismo (folk)midiático e ciberativismo: o caso da sociedade boliviana

Karla Andrea Terán¹

Aline Wendpap²

Submetido em: 19/09/2020

Aceito em: 22/12/2020

RESUMO

É na teoria da folkcomunicação, proposta pelo autor Luiz Beltrão, na década de 1960, que este artigo sustenta seus aspectos teóricos e metodológicos, pois o ativismo folkmidiático cria mecanismos de leitura, identificação e ações em canais próprios, capazes de superar a pós-verdade — a distorção deliberada da realidade. Dessa forma, objetiva-se evidenciar o papel dos ativistas folkmidiáticos nas rupturas democráticas da sociedade boliviana, num contexto no qual o ciberespaço parece ser uma maneira eficaz de construir novas formas de interação social, que, em conjunto com a participação cidadã nas ruas, pode produzir ações e efeitos na realidade.

PALAVRAS-CHAVE

Resistência civil; Ciberativismo; Ativismo (folk)midiático; Folkcomunicador.

Civil resistance, (folk)media activism and cyberactivism: the case of Bolivian society

ABSTRACT

It is in the theory of folk communication, proposed by the author Luiz Beltrão in the 1960s, that the following article supports its theoretical and methodological aspects. For folk activism creates mechanisms of reading, identification, and actions in its own channels capable of

1 Estudante de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (UFMT – Brasil). Especialista em Relações Internacionais, Diplomacia e Globalização (UCB – Bolívia) Socióloga especializada (UMSA – Bolívia)

2 Pós-doutoranda e Doutora em Estudo de Cultura Contemporânea, Mestre em Educação, Comunicóloga e Atriz

overcoming post-truth, that is a deliberate distortion of reality. In this way, the objective is to highlight the role of folk activists in the democratic ruptures of Bolivian society, in a context where cyberspace seems to be an effective way of building new forms of social interaction, which together with citizen participation in the streets can produce actions and, effects in the reality.

KEYWORDS

Civil resistance; Cyberativism; (Folk)media activism; Folk communicator.

Resistencia civil, activismo en los medios de comunicación (populares) y ciberativismo: el caso de la sociedad boliviana

RESUMEN

Es en la teoría de la Folkcomunicación, propuesta por el autor Luiz Beltrão en el decenio de 1960, que el siguiente artículo apoya sus aspectos teóricos y metodológicos. Para el activismo popular crea mecanismos de lectura, identificación y acciones en sus propios canales capaces de superar la post-verdad — la distorsión de la realidad que se hace de manera deliberada. De esta manera se pretende destacar el papel de los activistas populares en las rupturas democráticas de la sociedad boliviana, en un contexto en el que el ciberespacio parece ser una forma eficaz de construir nuevas formas de interacción social, que junto con la participación ciudadana en las calles pueden producir acciones y efectos en la realidad.

PALABRAS-CLAVE

Resistencia civil; Ciberativismo; Activismo (folk)media; Folkcomunicación.

Introdução

Na América Latina, no ano de 2019, vários países que a integram, como a Bolívia, Peru, Chile e Colômbia, foram abalados por protestos de rua que, em alguns casos, assumiram o que se pode titular como ‘convulsões sociais’ — quando uma onda de protestos demonstra um crescente descontentamento popular sem diferenciar territórios e/ou ideologias. Ainda que cada país tenha uma realidade diferente e, por isso, não possa ser comparado, existem certas questões transversais comuns a todos, os problemas estruturais de dimensão social e econômica em alguns casos e, quanto ao funcionamento da democracia, como exemplo, têm-se a Bolívia e a Venezuela. Não obstante, neste artigo, efetua-se um recorte sobre a situação

boliviana, especialmente sobre as ações e motivações dos sujeitos que participaram desses movimentos sociais.

Nesse sentido, na primeira parte, o presente trabalho tenta mostrar uma breve contextualização da situação política e social da Bolívia, iniciando-se no ano 2016, época em que o mal-estar dos cidadãos parece ter começado, para chegar em 2019, diante de um dos eventos mais importantes ocorridos na Bolívia na última década, em que os cidadãos votaram nas eleições de 20 de outubro de 2019 para presidente do Estado Plurinacional da Bolívia. A importância desse fato decorre de que, mesmo os resultados sendo legítimos tanto para quem ganhou oficialmente quanto para os seus seguidores, teve uma parte da população que alegou a ocorrência de fraude no referido processo eleitoral, fazendo emergir um rompage de movimentos a favor e contra. Esse evento — eleição presidencial de 2019 — marcou um antes e um depois na história, em que se destaca a crise política e social atravessada pelo país.

Diante desse cenário, destaca-se que a motivação para a realização deste artigo começou com a percepção destes que o subscvem sobre a inquietude e organização dos cidadãos bolivianos, a partir do surgimento de grupos de protesto pacíficos, formados por universitários e profissionais das mais variadas idades e classes sociais, que ganharam visibilidade nos meios midiáticos e puderam utilizar desses canais de comunicação para divulgar os seus verdadeiros anseios e as razões que os levaram a protestar frente à desconformidade com a situação sociopolítica estabelecida na Bolívia.

Entende-se por movimentos sociais aqueles advindos de grupos de base organizados em torno da defesa de algum propósito que, de modo coordenado, planejado e sustentado, visam a uma mudança social. Nessa perspectiva, os movimentos sociais populares são aqueles formados a partir de agrupamentos da sociedade civil, que se organizam por uma dinâmica de ação própria e tendem a se institucionalizar, como forma de buscar consolidação e legitimação social.

A partir desse entendimento e com base no reconhecimento da Teoria da folkcomunicação, tenta-se estabelecer um diálogo entre a teoria da resistência civil com o ciberativismo folkmediático, com foco nos principais aspectos presentes no movimento supracitado, de forma a estabelecer aproximações sobre cada um dos elementos que integram essas teorias no contexto do movimento boliviano, objeto desta análise.

A partir de um olhar qualitativo sobre as contribuições de alguns autores, como Beltrão, Perruzo e Trigueiro, desenvolveu-se esta pesquisa por meio de uma perspectiva crítica. Nos aspectos teóricos, concentrou-se a atenção, principalmente, nas concepções relacionadas aos seguintes descritores: resistência civil, ciberativismo, ativismo (folk) midiático, folkcomunicador.

Também foram utilizadas, como aporte para a construção e análise deste artigo, entrevistas semiestruturadas aplicadas aos cidadãos comuns que participaram dos eventos acontecidos depois das eleições para presidente na Bolívia. Dessa forma, abre-se um conjunto de reflexões e debates sobre como os movimentos sociais populares buscam fazer a diferença e marcar presença nos meios midiáticos, desenvolvendo, para tanto, canais próprios de comunicação como forma de interagir com a sociedade e de se relacionar com o público.

Contextualização da situação na Bolívia

Para contextualizar a importância da escolha dos eventos, é importante explicar a raiz da situação dos conflitos político-sociais da Bolívia, que começaram em fevereiro de 2016. Segundo o artigo n.º 168 da nova Constituição Política do Estado da Bolívia, foi mantida a restrição de até dois mandatos presidenciais, permitindo a reeleição apenas uma vez. No entanto, o então ex-presidente Evo Morales manifestou o seu desejo de se apresentar novamente como candidato nas eleições de 2019, o que o levou a solicitar um Referendo Constitucional impetrado em 21 de fevereiro de 2016.

O objetivo desse Referendo era a aprovação ou rejeição do projeto de modificação constitucional para permitir ao presidente e vice-presidente do Estado concorrer com a possibilidade de ser reeleito, retirando a restrição existente na Carta Constitucional.

Referida reforma constitucional foi rejeitada nas urnas, com o resultado oficial de 51,3% para **não** e 48,7% para **sim**. Todavia, esse evento, além de ter havido um atraso na contagem, obteve, ainda, várias alegações de corrupção e irregularidades no processo. Como consequência disso, muitas pessoas se mobilizaram, a partir do entendimento de que o percentual atribuído à opção **não** era maior do que o resultado mostrado.

Naquela época, a Organização dos Estados Americanos (OEA), que enviou uma missão de observação eleitoral, solicitou aos representantes das diferentes opções e membros das forças políticas que aceitassem os resultados.

Apesar do seu compromisso de respeitar a decisão do povo junto à OEA, o ex-presidente Evo Morales mudou de opinião e deu início a afirmações visando colocar em dúvida o resultado do referendo. Assim, diante de sua convicção, o ex-presidente apresentou um recurso extraordinário junto ao Tribunal Supremo Eleitoral (TSE), buscando garantir a candidatura do seu partido e de seu nome para a reeleição ao cargo, dois dias antes do prazo legal para a aceitação de candidatos, e obteve deferimento do órgão superior.

No entanto, a decisão do sistema judicial boliviano foi amplamente rejeitada por todos os partidos da oposição e organizações da sociedade civil. O que levou, a partir do resultado desta decisão, ao surgimento dos movimentos de protestos. Desde então, o povo passou a sair regularmente para marchar contra a decisão do tribunal que garantia ao ex-presidente Evo Morales participar das eleições. Sob o lema “Bolívia dijo No #21F” (Bolívia diz não #21F), os movimentos exigiam a desqualificação de Evo Morales como próximo candidato das eleições de 2019 para presidente do período 2020–2025.

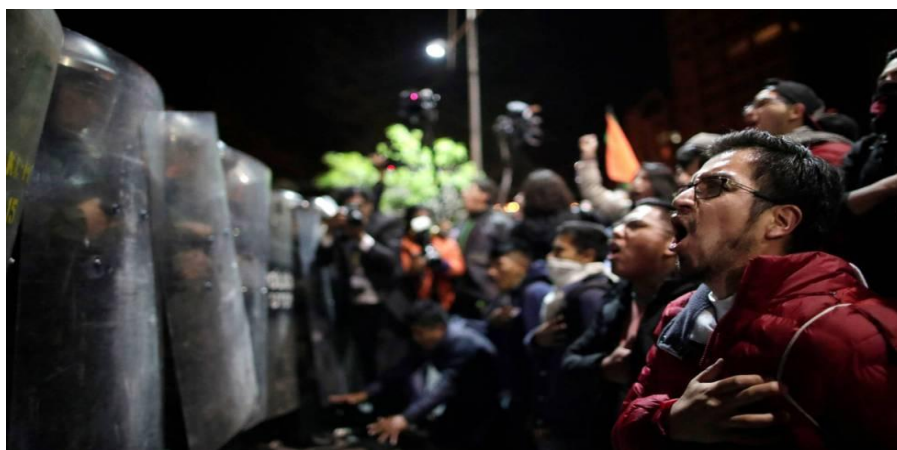
No dia 20 de outubro de 2019, as eleições ocorreram, e, tendo em conta os suspeitos atrasos na divulgação do escrutínio provisório, a oposição começou a denunciar uma possível fraude eleitoral. Horas depois, os dados disponíveis — 84% das mesas de voto — indicavam que o candidato da oposição, Carlos Mesa, tinha atingido o objetivo de levar a um segundo turno a disputa com Evo Morales pela presidência.

No entanto, a diferença era mínima. Com 45,28% dos votos a favor e 38,16% contra, Evo Morales estava perto de alcançar a diferença de 10 pontos necessária para vencer no primeiro turno. O escrutínio provisório continuou em um ritmo mais lento do que o esperado e os opositores, mais uma vez, organizaram-se e começaram a se mobilizar para denunciar a possível fraude.

Na manhã seguinte — 21 de outubro —, o Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) informou que a contagem provisória dos votos até aquele momento, com 95,63% dos votos contados,

apontava 46,4% para Morales e 37,07% para Carlos Mesa. Naquele momento, Evo Morales estava a menos de um ponto da vitória, restando cerca de 4% dos votos a serem contados.³

Figura 1 – Atrasos na recontagem provocam protestos na Bolívia em meio a acusações de fraude



Fonte: Jornal *El Deber*, 22 de outubro de 2019

A vitória de Evo Morales no primeiro turno, por uma pequena margem, deu origem a protestos maciços da oposição do governo, com confrontos nas ruas de diferentes cidades do país. Como consequência, apresentaram-se duas hipóteses contraditórias sobre o que se vivia naquele momento: uma delas, promovida pelo ex-presidente Evo Morales, que defendia a ideia de que estava sendo vítima de um golpe de Estado, e a segunda, de que os eventos acontecidos são parte da história de uma recuperação democrática, também intitulada como desobediência civil.

Sobre as eleições, é importante destacar ainda que o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Luis Almagro, num relatório preliminar sobre a auditoria da OEA, denunciou irregularidades nas eleições bolivianas de outubro de 2019, requerendo a anulação dessas eleições, a fim de realizar outras. Referido documento culminou na renúncia de Evo Morales em 10 de novembro de 2019 e seu pedido de asilo junto ao México.⁴

³ infobae.com. 10 de novembro de 2019.

⁴ www.bbc.com. 26 novembro 2019

Cronologia da crise após as eleições na Bolívia

A partir das eleições presidenciais de 20 de outubro de 2019, a Bolívia mergulhou em numerosos protestos que, juntamente com um relatório emitido pela equipe da OEA, auditou a votação, levando à renúncia do presidente Evo Morales e à convocação de novas eleições. Um dos motivos que levou a oposição e os observadores internacionais a apontarem para a possibilidade de fraude nas eleições de outubro foi a lentidão das autoridades do TSE no fornecimento dos resultados da apuração final.

Quando o TSE informou que a votação provisória tinha 95,63% dos votos contados e que Morales estava próximo de garantir sua reeleição, teve-se início a uma série de protestos em diferentes partes do país. O candidato Carlos Mesa denunciou formalmente a ocorrência de fraude nas eleições e grupos de oposição incendiaram três escritórios regionais do TSE nas cidades de Potosi, Sucre e Cobija.

A oposição do partido do Movimento ao Socialismo (MAS) estava preparada para denunciar fraudes em qualquer cenário que não fosse o escrutínio, mas a suspensão do sistema de Transmissão de Resultados Eleitorais Parciais (TREP) e o aumento significativo da percentagem do candidato Evo Morales contribuíram para que metade dos cidadãos da Bolívia estivessem convencidos de que efetivamente ocorreu uma alteração nos resultados, pois, para além da possibilidade de se confirmar a contagem em tempo real — que foi negada —, o presidente Morales dava todos os indícios da pretensão de se manter no poder, independentemente do que acontecesse (STEFANONI, 2019).

No dia 22 de janeiro de 2019, as organizações cidadãos, os diferentes líderes dos trabalhadores, de políticos e da sociedade civil protestaram e deram início a uma greve geral por período indefinido. Referido protesto deu a Evo Morales um ultimato para que ele renunciasse ao cargo em 48 horas e conclamou às forças armadas a se unirem ao movimento. Dias depois, o governo proclamou a vitória de Evo Morales no primeiro turno.

A greve se replicou em todo o país e, como reação, vários incidentes ocorreram entre os apoiadores de ambos os lados. No dia seguinte à sua proclamação como presidente reeleito, Evo Morales denunciou, durante uma conferência de imprensa, que o questionamento quanto aos resultados eleitorais tinha um fundo “racista” e declarou que a greve geral convocada em diferentes regiões do país nada mais era do que uma questão “política e

um golpe de Estado". Como consequência, Carlos Mesa pediu ajuda à comunidade internacional para impedir Evo Morales de "entrar no caminho de uma ditadura".⁵

Devido ao pedido de Carlos Mesa, no dia 2 de novembro de 2019, líderes dos comitês cívicos de oito dos nove departamentos da Bolívia solicitaram a renúncia de Morales. No dia 4 de novembro, Morales respondeu que não concordava em apresentar sua renúncia e instou as forças de segurança a continuar apoiando o governo, contudo os protestos e confrontos nas ruas continuaram.

No dia 10 de novembro de 2019, o relatório da OEA revelou que houve "irregularidades" nas eleições de 20 de outubro de 2019 na Bolívia. O representante destacou os problemas técnicos do Sistema de Transmissão de Resultados Eleitorais, os vários casos de falsificação de assinaturas e atas e, até mesmo, uma irregularidade no número de votos recebidos por Evo Morales.

Um dos setores aliados mais próximos e importantes do governo, a Central Obreira Boliviana (COB), se posicionou diante dessa difícil situação, distanciando-se do governo e pedindo a Evo Morales que assumisse "a responsabilidade de se demitir para pacificar o país", assegurando que "não serão cúmplices no derramamento de sangue".⁶ Nesse mesmo dia, as Forças Armadas sugeriram ao ex-presidente que renunciasse, sob o argumento de que tal pedido respondia à necessidade de garantir a segurança nacional.⁷

Segundo o autor Fernando Molina (2019):

[...] o fator básico na queda de Morales foi a revolta nas cidades juntamente com alguns sectores dos trabalhadores. Mas o fator desencadeante foi o motim policial, que se deveu a razões enraizadas na gestão governamental (com Morales, a polícia perdeu privilégios e recebeu menos benefícios do que os militares). No entanto, como esta instituição foi semi-militarizada, o seu comportamento teve de ser precedido por um processo prévio de decomposição da ordem, que ocorreu devido à "pressão social ambiental", como ocorre em todas as insurreições.

Após 21 dias de protestos nas ruas, em 10 de novembro de 2019, oito horas depois de anunciar as novas eleições gerais, Evo Morales renunciou ao cargo de presidente do Estado, no Trópico do departamento de Cochabamba. O presidente apresentou sua renúncia por meio

5 infobae.com. 10 de novembro de 2019.

6 Idem.

7 infobae.com. 10 de novembro de 2019.

de um canal nacional, após uma escalada de demissões e renúncias de governadores, prefeitos, deputados e senadores de seu partido em todo o país.

A estratégia do partido de Morales consistiu em fazê-lo deixar o país para se tornar vítima de um suposto golpe de Estado, além de mobilizar os movimentos sociais, causando terror, destruição e morte nas cidades, para que, com isso, os parlamentares no congresso não aceitassem sua renúncia, fazendo-o retornar como o único salvador que poderia restabelecer a ordem política no país (TAPIA, 2019).

Na Constituição Política do Estado, estabelece-se que, em caso de renúncia ou ausência dos chefes do executivo, assume, em ordem de prioridade, o chefe do legislativo. Após as renúncias de Evo Morales, do vice-presidente, do presidente do Senado e do presidente dos deputados, a autoridade seguinte, na ordem de precedência, foi a Senadora Jeanine Añez, devido à impossibilidade do exercício de assumir as funções de principal autoridade do Estado.

Com as greves e mobilizações de trabalho em todo o país, a administração nacional se tornou uma batalha entre os partidários do presidente e seus detratores, intensificando, ainda mais, os protestos nas cidades bolivianas, como o ocorrido em La Paz, que teve o nascimento de grupos de resistência democrática. Sobre isso, o autor Luis Tapia (2019) fala o seguinte:

Diante da fraude nas últimas eleições, articula-se uma grande resistência, que entra numa primeira fase de desobediência civil e que tem várias facetas. Primeiro, a fraude é denunciada através do trabalho de cidadãos e grupos de profissionais que forneceram provas da manipulação de dados. Isto foi acompanhado por marchas autoconvocadas que ocorreram em diferentes momentos do dia e em diferentes lugares em todas as capitais de departamento. Outra faceta de resistência à fraude é a da greve cívica, que envolveu bloqueios dentro das cidades como resultado da organização do bairro. (TAPIA, 2019, Cides.edu.bo)

O autor ainda menciona que essa resistência contém um acúmulo de desgaste e uma rejeição ao abuso e autoritarismo do governo, mas também é um símbolo de expressão de desobediência civil, que foi acompanhada pela implantação de uma capacidade de auto-organização (TAPIA, 2019).

Nas primeiras semanas depois do dia das eleições, essa resistência funcionou como uma força de bloqueio para uma nova tentativa de estender o governo de Morales. Foi assim que, tempo depois, essa capacidade de auto-organização tornou-se uma forma de resistência

e contenção à fase de implantação da violência destrutiva que o partido político do MAS começou a implantar imediatamente após a renúncia de Morales, com ataques a cidades e vilas, a queima de casas e destruição de bens públicos (TAPIA, 2019).

Contribuições da folkcomunicação ao entendimento das rupturas democráticas

A partir do momento em que os ativistas estão cientes da presença das câmeras de televisão, sua aparência torna-se visível. É nessa situação que surge um ator importante, o líder de opinião, como mediador do processo de diálogo ou para início de um, quando não há, entre representantes e representados, dentro da 'arena política'. Trata-se do que chamamos de folkcomunicador. Sobre essa concepção, Beltrão (1980) menciona que “as manifestações são sobretudo resultado de uma atividade artesanal do agente-comunicador, enquanto seu processo de difusão se desenvolve horizontalmente”.

Nas sociedades democráticas, a mídia desempenha um papel extremamente importante, que tem sido aprofundado pelo desenvolvimento massivo das formas midiáticas. Mas, quando a mídia se torna o padrão de legitimidade para os protestos, ela ganha grande influência sobre as pessoas e, portanto, sobre a forma como elas interpretam os movimentos sociais.

Essas lutas identitárias, sejam elas demandas indígenas, questões de raça, gênero, política etc., mostram a necessidade dessa afirmação da identidade e de como elas são agregadas e potencializadas quando contam com um debate mais amplo em torno da defesa da democracia. O testemunho de Juan Pablo Chamon, diretor de projetos da “Lidera Bolívia”, que participou como um cidadão comum dos eventos acontecidos nas eleições da Bolívia, explica o que o levou a fazer parte dos protestos, desde o dia das eleições, em 20 de outubro de 2019:

[...] generó una reacción en la población y decir “Basta de atropellar mi voto, respeto a las decisiones que tomamos”. No era la primera vez y también ahí hay algo importante, un mensaje que para mí es fundamental, muchas veces en las calles se gritaba “Esto no es Cuba, tampoco Venezuela. Esto es Bolivia, y Bolivia se respeta”. Entonces ahí también creo que hay un mensaje claro de la población, quiere más justicia, quiere libertad, y quiere una política con valores. (Juan Pablo, 28 anos)

No pior dos casos, esse poder da mídia pode optar por silenciar o protesto social, omitindo sua existência, em uma aliança tácita com o poder político. Então, se os movimentos não existem para a opinião pública, as autoridades podem não verificar e atender às suas exigências e, o mais preocupante, sem maiores consequências.

Nesse sentido, a partir da teoria elaborada por Beltrão (1980), nomeada de “Comunicação dos Marginalizados”, a qual se trata da comunicação do povo, que é anônima, auxiliar-se-á na compreensão das polarizações econômicas e na nova configuração das classes sociais. Esse sistema, de folkcomunicação, que coloca o processo da comunicação em múltiplos estágios para entender o processo eleitoral do voto, traz esperança, indignação e rejeição.

Partindo desse entendimento, pode-se dizer que a comunicação é como uma forma de resistência e mobilização dos grupos sociais, que tem um caráter contra-hegemônico e parâmetros diferenciados dos meios tradicionais no que se refere às suas formas de produção, circulação e consumo. Peruzzo, sobre isso, fala o seguinte:

Há consciência de que os meios de comunicação, especialmente a televisão, são canais imprescindíveis para se comunicar com a sociedade, tanto para difundir reivindicações, se legitimar, interferir nas decisões dos poderes constituídos. É uma maneira de atingir os objetivos e obter ganhos sobre as reivindicações, divulgar a visão dos setores subalternos da interpretação de fenômenos e acontecimentos e conquistar a adesão e apoio público às lutas sociais de interesse coletivo. Significa publicizar e trazer à esfera pública as demandas e a concepção de mundo daqueles que, em geral, não encontram na mídia espaço e tratamento adequados. (PERUZZO, 2015, p. 40)

A incidência dos meios de comunicação de massa tem se tornado cada vez maior e mais importante na formação de representações, imagens e discursos sobre os movimentos sociais, uma vez que as atividades de protesto podem ser transmitidas, surgindo, dessa maneira, uma disposição da ação coletiva. O ativismo folkmediático é uma ação coletiva que busca um ideal democrático e formas não hierárquicas de organização horizontal e não apenas a apropriação das tecnologias de informação e comunicação por ativistas. Nesse sentido, o ativismo serve para criar mecanismos de leitura, identificação e ação em canais próprios para superar a pós-verdade.

Para Trigueiro (2006):

[...] a atuação de um ativista, é necessária, entanto o comunicador folk, tem como função reorganizar as narrativas midiáticas que, cada vez mais, chegam em volume e velocidade significativos ao alcance dos grupos populares que não estavam preparados para receber uma carga tão grande de informação dos meios massivos. (TRIGUEIRO, 2006, p. 3)

Em muitas organizações, surgem ativistas que se especializam em comunicação, por meio de comissões especiais para esse fim ou, ainda, pela iniciativa espontânea de alguns membros dessas unidades organizacionais, que, mediante a criação de seus próprios meios ou recorrendo a produções comunicativas mais esporádicas, como o uso das redes sociais, atuam para uma maior difusão dos eventos acontecidos ao vivo, em *live stream* ou gravações feitas por eles mesmos, ação essa conhecida como ciberativismo.

Ativismo cidadão

Nesta era da pós-modernidade, a Internet parece ter acrescentado relevância aos movimentos sociais ou organizações cidadãs, dando a possibilidade de acessá-la por meio de dispositivos móveis, como smartphones e tablets, que trouxeram rapidez a essas trocas comunicativas.

Seguindo essa ideia, Cicilia Peruzzo (2015, p. 21) fala que: “As perspectivas de difusão da ação cívica se ampliam na era da internet, apesar dos eventuais usos que a contrariam, além da desigualdade de acesso em plenitude à sua potencialidade e benesses.” Na cidade de La Paz, por exemplo, as pessoas se organizavam por grupos nos bairros, sobre isso, uma das participantes dos protestos eleitorais, Solange Said Maraño, de 27 anos, que dirige uma empresa de biossegurança, apontou o seguinte:

Nos organizábamos mediante grupos de WhatsApp, logramos tener una coordinación de zona sur, había también otra en el centro de la ciudad. Yo era coordinadora de mi zona de Cota Cota. Entonces teníamos coordinadores, juntaban a todos sus vecinos, les daban sus directrices, que se juntaban con los coordinadores de las otras zonas y nos organizábamos todos en una movilización general. Nosotros con mi grupo de la zona sur, logramos realizar los cabildos, las movilizaciones. Entonces nosotros citábamos a la gente, hacíamos los artes (las pancartas) y empezábamos a difundir para que todo el mundo esté presente. (Solange, 27 años).

Diante da fala de Solange, verifica-se, portanto, que essa situação explica o comportamento de muitos movimentos e organizações civis e populares, que procuram a divulgação de suas atividades. Nesse sentido, Peruzzo (2015) fala que:

A visibilidade dos movimentos sociais populares e organizações congêneres nos meios de comunicação convencionais, seja na televisão, no jornal, no rádio ou na internet, é sempre uma questão-chave para os movimentos sociais populares, porque representa uma “faca de dois gumes”, para usar uma expressão popular. (PERUZZO, 2015, p. 37).

Diante do exposto, observa-se que, após os eventos acontecidos posteriormente às eleições de outubro de 2019 na Bolívia, tem se destacado um novo tipo de protesto e luta social, que emergiu quase que de imediato, em vista dos supostos atrasos na divulgação do voto provisório, quando a oposição começou a denunciar possíveis fraudes eleitorais e provocou um sentimento de raiva em nível nacional, que teve, por consequência, já no dia seguinte, um país representado por um grupo que não ia aceitar a possível vitória do ex-presidente Evo Morales.

A partir do primeiro protesto significativo, os meios de comunicação social oficiais foram contra a população, divulgando diversos fatos: buscando compreender se o que estava acontecendo era fraude, os possíveis abusos de poder sobre a população por parte de grupos afins ao governo e as *fake news* sobre a figura de golpe de Estado. No entanto, para ir contra esse movimento, a sociedade civil passou a adotar maneiras de se fazer escutar na Bolívia e no exterior, usando tecnologia simples e econômica: um smartphone com acesso à Internet para mostrar o que realmente estava acontecendo, enquanto a maioria dos meios de comunicação, na TV ou rádio oficiais da Bolívia, insistiam em mostrar o lado oficial da história.

Destaca-se, nesse sentido, os ensinamentos de Renó (2015):

No entanto, o papel do grupo continuou a existir como um apoio aos grupos populares do país. Ao mesmo tempo, as suas atividades começaram a inspirar novos jovens para a participação e mobilização. As imagens eram a representação dos meios de comunicação social da cidadania, o registo imaginário da mesma. Os cidadãos descobriram o poder dos seus dispositivos móveis e que todos eles poderiam ser repórteres (RENÓ, 2015, p. 8).

Assim, verifica-se que os espaços digitais fornecidos pela Internet e que têm sido utilizados há muito tempo pelos cidadãos para obter informação, entretenimento etc. passam

a introduzir outras inovações no campo da comunicação, permitindo, por exemplo, que os ativistas possam expandir suas reivindicações sobre as ocorrências na Bolívia, o que nos leva a abrir o próximo tópico para debater sobre a prática do cooperativismo.

Ciberativismo

O ciberativismo é uma ação política na rede de Internet que, há vários anos, tem sido um fator determinante no desenvolvimento dos movimentos sociais pelo seu grande impacto social e político. Sobre isso, Cristiane Dias (2012) afirma que:

Com as redes de computadores conectados entre si expandindo-se cada vez mais, um novo espaço de experimentação, vivência, relações sociais, econômicas e políticas ramifica-se do espaço físico. Um espaço distinto do espiritual, mas também distinto do espaço físico, um espaço ciber, vinculado a técnica, a simulação, a virtualidade, ao numérico. (DIAS, 2012, p. 32).

Isso implica dizer que as redes sociais, como Twitter, Instagram e Facebook, fornecem ao público as ferramentas necessárias não apenas para disseminar informações de forma massiva, mas também para gerar diálogo e debate. Seguindo essa ideia, pode-se dizer que o ciberativismo é um dos campos de ação comunicativa, à medida que os grupos articulam esse cenário virtual num território geográfico (o bairro, a cidade, a região) e, com ele, a ação direta, que pode ser uma linha de piquete, manifestações, marchas, eventos políticos etc. O autor Renó (2015), ao falar sobre o assunto, aduz o seguinte:

Nas estratégias do grupo, destaca-se a capacidade de multiplicar pessoas, cobrindo marchas e protestos, para além da transmissão em tempo real. A articulação social dos seus representantes foi também outro ponto forte, uma vez que procuravam quadros sociais que a imprensa nunca faria, especialmente para os seus próprios interesses políticos e econômicos (RENÓ, 2015, p. 7).

Diante do exposto, é possível dizer que, atualmente, houve um impacto em relação às ferramentas tecnológicas sobre a população em geral, as quais têm crescido significativamente por meio das redes sociais digitais, levando os seus usuários a aprender e participar de sua realidade cívica, política ou cultural.

Segundo Becker (2010):

[...] o ciberativismo, tem uma definição ampla que se deve ao fato de que ele deve incluir tanto atividades que são possíveis apenas online quanto o uso da internet como um canal adicional de comunicação para grupos, organizações e movimentos sociais. Do ponto de vista da finalidade das iniciativas, o ciberativismo se constitui em basicamente três áreas: conscientização/ apoio, organização/mobilização e ação/reação (BECKER, 2010, p. 175).

Considerações finais

Do estudo realizado, para elaboração deste artigo, há uma série de elementos a se considerar. Inicialmente, aduz que, quanto maior o tempo que um representante se mantiver no governo, maiores serão as incidências de prováveis falhas, levando à compreensão de que uma pessoa pode tirar partido da sua permanência prolongada no controle de um país, mesmo que inconscientemente.

Certamente, o debate sobre os acontecimentos bolivianos — a revolução libertadora, a desobediência civil ou o golpe de Estado — será tão interminável como irreconciliável. Isso porque dificilmente se chegará a um consenso, tendo em vista que, de um lado — vários países e alguns observadores estrangeiros —, o ex-presidente boliviano Evo Morales sofreu um golpe de Estado, por outro lado, a população civil, que esteve nas ruas da Bolívia, e outras representações estrangeiras entendem como um ato em defesa da democracia.

A mídia de massa acaba produzindo perfis sobre os movimentos e as organizações populares de modo discriminatório. Por esse motivo, verifica-se a criação e o crescimento dos movimentos sociais como forma de empoderamento e esclarecimento dos fatos ocorridos, buscando novos caminhos de reconstrução da esperança, pautados na divulgação da realidade.

Nesse sentido, os grupos sociais se apropriam de ferramentas tecnológicas e de comunicação, bem como criam canais e experiências de resistência e promoção de lutas, fazendo com que as emoções coletivas, ao encontrarem barreiras para seus anseios, possam abrir novas vias e se fazerem ouvir.

Finalmente, algumas das causas pelas quais a separação entre representado e representante se acentua ao ponto da rejeição popular, sem distinções, é que, em algumas situações — como essa abordada —, fazem-se claras a formação e a visibilidade dos conflitos

sociais como uma forma de contestação ao sistema econômico, político, social e cultural, gerando, assim, um espaço para as vozes minoritárias (comunicação como forma de ação política).

Referências

- BECKER, Maria Lúcia. **Verbete Cidadania das Minorias**. Enciclopédia Intercom de Comunicação, 2010. Disponível em: www.cienciasnuvens.com.br/site/wp-content/uploads/2013/07/Enciclopedia-Intercom-de-Comunicação.pdf. Acesso em: 5 jun. 2019.
- BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados**. São Paulo: Cortez, 1980.
- DIAS, Cristiane. **Sujeito, sociedade e tecnologia: a discursividade da rede (de sentidos)**. São Paulo: Hucitec. 2012.
- INFOBAE. **Cronología de la crisis en Bolivia que desembocó en la renuncia de Evo Morales**. 10 de Noviembre de 2019. Disponível em: <https://www.infobae.com/america/2019/11/10/cronologia-de-la-crisis-politica-que-sacude-a-bolivia/>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- MOLINA, Fernando. **Bolivia: ¿golpe o (contra)revolución?**. Revista Nueva Sociedad. Novembro 2019. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/bolivia-golpe-o-contrarevolucion/>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- PERUZZO, C. M. K. Representações dos movimentos populares na mídia e como eles se representam: visibilidade pública e perspectivas cívicas. **Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul – v. 14, n. 28, jul./dez., p. 31-49. 2015.
- RENÓ, Denis Porto. **Folkcomunicación ciudadana a partir de la web 2.0 y de la movilidad**. Revista internacional de Comunicación y Desarrollo, v. 1, n. 1, p. 51-59, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/135833>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- STEFANONI, Pablo. **¿Qué pasa en Bolivia?** Revista Nueva Sociedad. Outubro 2019. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/Bolivia-Evo-Morales-Carlos-Mesa-elecciones/>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- TAPIA, Luis. **Crisis Política En Bolivia: La Coyuntura De Disolución De La Dominación Masista. Fraude y resistencia democrática**. Cides, La Paz. 19 de novembro. 2019. Disponível em: <http://www.cides.edu.bo/webcides2/index.php/interaccion/noticias-f/264-crisis-politica-en-bolivia-la-coyuntura-de-disolucion-de-la-dominacion-masista>. Acesso em: 7 set. 2020.
- TRIGUEIRO, Osvaldo. O ativista midiático da rede folkcomunicacional. **Revista Internacional de Folkcomunicação**. Universidade Estadual de Ponta Grossa. v. 4, n. 7. 2006.